

➤ Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.402.892/0001-06, com sede na Avenida Treze de Maio, nº 13 - Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.031-901, por seu representante abaixo assinado, vem, à presença de Vossa Senhoria apresentar, tempestivamente, CONTRARRAZÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO, apresentado pela empresa TARGET ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA., pelas razões a seguir expostas:

I – DOS FATOS

Considerando que a Impugnação resultado do Certame visa combater eventuais irregularidades, ilegalidades ou abusos que possam viciar o processo licitatório, resultando, por vezes, até na anulação do certame, a ABNT, nesta oportunidade, apresenta os motivos de seu inconformismo com o Recurso apresentado e aponto os motivos de impedimento da empresa Recorrente, TARGET ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA..

Alega a empresa Target Engenharia e Consultoria Ltda., esse Ilustre Pregoeiro, que a participação da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT no certame, por ser instituição sem fins lucrativos, fere as normas pátrias, especificamente os artigos 37 e 150 da Constituição Federal, o artigo 3º da Lei 8.666/1993 e artigo 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017, uma vez as associações sem fins lucrativos gozam de várias isenções e benefícios fiscais o que as coloca em supremacia às demais empresas para concorrer, de modo que isso atinge os princípios constitucionais da isonomia, da legalidade, da igualdade e da moralidade.

Entretanto, conforme se apontará, nenhum dos motivos é suficiente para exclusão da Recorrida do certame, ao contrário, empresa Recorrente é que pratica atos de absoluta falta de moralidade, conforme se demonstrará e, nos termos do edital do pregão a empresa TARGET ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA está impedida de participar do presente certame (itens 4.6, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” – Processo TCU 021.132/2019-4 e acórdão TC 021.132/2019-4).

II – PRELIMINAR – IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DA RECORRENTE NO PREGÃO ELETRÔNICO EM COMENTO E DA INADMISSIBILIDADE DO PRESENTE RECURSO

Conforme ante apontado a Recorrente, TARGET ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. encontra-se impedida de participar do certame nos termos do disposto no edital, especialmente no item 4.6, “d”, “e”, “f”, “g” e “h, assim expressos (os destaques são nossos):

4.6. Não poderão participar da presente Licitação a empresa:

- c) declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- e) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- f) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- g) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- h) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

A empresa Recorrente tem como sócios CRISTIANO FERRAZ DE PAIVA e MAURICIO FERRAZ DE PAIVA também sócios da empresa TARGET ADNORMAS LICENCIAMENTO DE SISTEMAS DE MÍDIA LTDA., esta última declarada inidônea para participar de licitações junto à Administração Pública Federal pelo TCU conforme anexo acórdão TC 021.132/2019-4.

Assim, sem dúvida, a Target não poderia participar do presente pleito, tornando inclusive o presente recurso inadmissível considerando que os recursos somente podem ser apresentados pelos licitantes regularmente inscritos.

III – INEXISTÊNCIA DE DESEQUILÍBRIO OU CONCORRÊNCIA DESLEAL (NO MÍNIMO POR PARTE DA ABNT).

Conforme apontado pela Recorrente, Target, a ABNT é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 28 de setembro de 1940 e considerada de utilidade pública pela Lei 4.150, de 21 de novembro de 1962. No ano de 1992, recebeu do Governo Federal através da Resolução nº 7 do Conmetro (Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), de 24 de agosto de 1992, o título de Único Foro Nacional de Normalização.

Anexo à referida Resolução nº 7 do Conmetro se encontra o Termo de Compromisso entre o Governo e a Associação Brasileira De Normas Técnicas.

Na cláusula 1º deste Termo, fica esclarecida a missão da ABNT no processo de normalização, qual seja: “...coordenar, orientar e supervisionar o processo de elaboração das Normas Brasileiras, bem como elaborar e editar as referidas Normas” e a ABNT se compromete, de acordo com a Cláusula 7ª do mesmo Termo, a “atender aos interesses da Sociedade Brasileira nos trabalhos de elaboração ou revisão destas normas técnicas.”

Importante esclarecer que a ABNT surgiu da organização de parte da Sociedade, em especial da Comunidade Científica e Industrial que, seguindo uma tendência mundial, percebeu a necessidade da sociedade se organizar para com o intuito de melhorar e otimizar sua produtividade e se adequar ao estabelecido mundialmente, elevando a qualidade de seus produtos.

Como Foro Nacional de Normalização, a ABNT é responsável pelo desenvolvimento de Normas Brasileiras e a gestão do processo de elaboração destas. Sendo, portanto, um organismo que desenvolve normas técnicas voluntárias no Brasil, que adicionam valor em todos os tipos de operações e negócios.

Para o desenvolvimento de tais atividades a ABNT coordena e executa uma série de procedimentos com os quais tem um dispêndio significativo.

Apenas para que se possa ter uma idéia a ABNT coordena a atividade de cerca de 220 Comitês Técnicos, incluindo os Comitês Brasileiros (ABNT/CB), Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ ONS) e Comissões de Estudo

Especiais (ABNT/ CEE). O número de reuniões foi de 1.285, em 2002, para cerca de 6.000 em 2019. O número de técnicos envolvidos passou, no mesmo período, de pouco mais de 11 mil para cerca de 30 mil. E, ainda, representa o Brasil na International Organization for Standardization (ISO) e na International Electrotechnical Commission (IEC) entre outros.

Isso, obviamente, gera custos para a ABNT, custos esses que os outros “distribuidores” de normas técnicas não têm. Em outras palavras, a ABNT tem os custos, os demais, fazem aquilo que na técnica concorrencial se chama concorrência parasitária, ou seja, todo esforço na elaboração das normas, todos os custos, todos os riscos são da ABNT, os demais somente “copiam” e as colocam à disposição para venda com um custo irrisório ou muito pequeno, o que se demonstra, inclusive, pelos balanços juntados no presente prego.

A renda para manutenção de tais atividades vem, primordialmente, das suas próprias atividades, especialmente normatização e certificação, sendo uma organização não governamental também é mantida pelos seus associados e representa o Brasil na ISO/IE e foros regionais de normalização.

Sem poder fornecer normas técnicas suas atividades estariam comprometidas, mesmo porque grande parte delas são fornecidas à organismos governamentais e estão sujeitas a pregões/licitações/tomadas de preço.

Por outro lado, as demonstrações de resultado do exercício da Target, apresentada em um certame junto ao DNIT (arquivo enviado para os e-mails constantes no Edital), demonstra que essa tem lucros altíssimos sem que tenha qualquer tipo de despesa equivalente, praticando ela, concorrência parasitária.

Veja que a maior despesa da Target é com empresa associada, Target Editora Gráfica Ltda., o que inclusive coloca em xeque a veracidade das despesas apontadas, apontando entre outras despesas operacionais gastos significativos com restaurantes e massagens.

Por óbvio, a Recorrente somente se vale dos frutos decorrentes do trabalho da ABNT e fatura mais de R\$ 7.300.000,00 por ano, apontado um custo irrisório em comparação à ABNT e por isso a alegação de vantagem da Recorrida por conta de ser associação sem fins lucrativos é absolutamente inconsequente.

III – INAPLICABILIDADE DO DISPOSTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA/SEGES Nº 05/2017 À ABNT

Apontou a Recorrente, ainda, que a Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017 no seu art. 12 proíbe a participação de associações sem fins lucrativos em certames licitatórios, entretanto, não é isso que reza o § único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017, assim expresso (os destaques são nossos):

Art. 12. Quando da contratação de instituição sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição.

Parágrafo único. Considerando-se que as instituições sem fins lucrativos gozam de benefícios fiscais e previdenciários específicos, condição que reduz seus custos operacionais em relação às pessoas jurídicas ou físicas, legal e regularmente tributadas, não será permitida, em observância ao princípio da isonomia, a participação de instituições sem fins lucrativos em processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa.

Tal proibição restringe o caráter competitivo do certame e somente poderia ser considerada caso a licitação fosse destinada exclusivamente à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa. Contudo não há qualquer fundamentação legal ou Editalícia que justifique tal impedimento.

Diferentemente de licitações exclusivas para micro e empresas de pequeno porte, não existe qualquer legislação pátria — a despeito da proibição constante no parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017 — que determine que a Administração Pública deve realizar licitações exclusivas para contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa.

Destaquemos o fato de que o próprio artigo 12 da supracitada IN expressar que “quando da contratação de instituição sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição”.

Não há vedação quanto à participação de Associação sem fins Lucrativos, inclusive no edital em comento, porque esse se refere ao art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017.

Ademais o §1º do artigo 3º da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, preconiza que (os destaques são nossos):

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Como podemos notar da leitura do inc. I do § 1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93 acima transcrito, a norma é bastante abrangente em seu dispositivo, usando nada mais que sete verbos, no infinitivo e conjugados (admitir, prever, incluir, tolerar, comprometer, restringir e frustrar), para coibir quaisquer atividades que tenham por meta direta ou indireta afetar o caráter competitivo do certame licitatório.

O §1º abriga proibição expressa ao Administrador de prever ou tolerar, nos editais, cláusulas ou condições que de qualquer forma comprometam o caráter competitivo do certame. Toshio Mukai extrai dessa disposição o princípio da competitividade que:

“Tão essencial na matéria que, se num procedimento licitatório, por obra de conluio, faltar a competição (ou oposição) entre os concorrentes, falecerá a própria licitação, inexistirá o instituto mesmo”. (Cf. O Estatuto Jurídico das Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Saraiva, SP, 1998, p. 16).

Ora, deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes, para que a seleção se aperfeiçoe da melhor forma possível, o que se traduz na seleção mais vantajosa para a Administração Pública:

“Fácil é verificar que, sem a competição, estaria comprometido o próprio princípio da igualdade, já que alguns se beneficiariam à custa do prejuízo de outros”, como bem anota José dos Santos Carvalho Filho CARVALHO FILHO, 2010, p. 227-228.

Mister faz-se ponderar que a disputa se apresenta como fundamental ao procedimento licitatório, sendo que a ausência de competitividade acarreta a revogação do certame convocatório. Neste sentido, quadra trazer a lume o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, no que concerne ao tema, consoante é extraído do aresto coligido:

Ementa: Recurso Ordinário em Mandado de Segurança. Administrativo. Licitação. Modalidade de pregão eletrônico. Revogação. Ausência de competitividade. Possibilidade. Devido processo legal. Observância. Recurso desprovido.

[...]

5. A revogação do certame é ato administrativo, exigindo, portanto, a devida fundamentação e motivação (justo motivo para seu desfazimento), assim como o cumprimento das disposições legais.

6. O art. 49 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos prevê a possibilidade de revogação do procedimento licitatório, em caso de 3 interesse público, "decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta". Por sua vez, o art. 18, caput, do Decreto 3.555/2000, o qual regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, dispõe que "a autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado".

7. No caso em exame, o Governador do Estado do Paraná revogou o pregão eletrônico, de forma fundamentada e com supedâneo nos referidos dispositivos legais e em parecer da Assessoria Jurídica da Casa Civil, entendendo pela ausência de competitividade no certame, na medida em que houve a participação efetiva de apenas uma empresa, o que impossibilitou a Administração Pública de analisar a melhor oferta e dar cumprimento ao princípio da proposta mais vantajosa.

8. A participação de um único licitante no procedimento licitatório configura falta de competitividade, o que autoriza a revogação do certame. Isso, porque uma das finalidades da licitação é a obtenção da melhor proposta, com mais vantagens e prestações menos onerosas para a Administração, em uma relação de custo-benefício, de modo que deve ser garantida, para tanto, a participação do maior número de competidores possíveis. 9. "Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido" (RMS 23.402/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 2.4.2008). [...] 11. Recurso ordinário desprovido. (Superior Tribunal de Justiça – Primeira Turma/ RMS 23.360/PR/ Relatora: Ministra Denise Arruda/ Julgado em 17.12.2008).

A de ser citado também a deliberação do TCU:

Observe rigorosamente as disposições contidas no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 c/c o art. 3º da Lei 8.666/1993, obedecendo aos princípios constitucionais da publicidade, da igualdade, da isonomia e da impessoalidade, de modo a impedir restrições à competitividade. (grifo nosso)

O Tribunal de Contas da União por diversas vezes já se manifestou no sentido de que é vedada qualquer restrição ao caráter competitivo do certame, salvo se imprescindível à certeza da boa execução do objeto e desde que devidamente fundamentada no processo licitatório. Qualquer restrição constante do edital de licitação deve ter como fundamento razões aptas a justificarem que a finalidade e o interesse público reclamam por tal exigência de forma irremediável. Sem tal justificativa a restrição deve ser tomada por ilegal.

Inclusive, apenas para demonstrar a importância do princípio, lembramos que a restrição da competição se configura como crime previsto no artigo 90 da Lei 8.666/93:

Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação: Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Além disso, pelo Princípio da Economicidade, verifica-se como sendo obrigação da Administração Pública a congregação do maior número possível de concorrentes, viabilizando agregar preço e qualidade aos serviços, como aspectos que interagem e se complementam, promovendo, desta forma, maior competitividade entre os participantes e opções para o órgão licitante em adequar suas possibilidades e necessidades junto ao serviço licitado.

Nesse ínterim, faz-se mister assinalar que o legislador, mediante o artigo 3º, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/1993, prescreve, também, a observância do princípio da competitividade, por considerá-lo, sem dúvida, essencial em certames da espécie de que se cogita, porquanto se faltar a competição entre os que deles participam, a própria licitação perderá sua razão de ser, que é a de conseguir para o Poder Público a proposta que lhe seja mais vantajosa.

De fato, quando existentes, qualquer exigência no edital deve ser aplicada em conformidade com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, inerentes à Administração Pública, buscando seu único fim, qual seja, a participação ampla das interessadas nos processos licitatórios promovidos pela Administração Pública, e não restringir esta participação. Afinal, somente desta forma estar-se-á assegurando uma conduta justa e ilibada da Administração na prática de seus atos.

A maioria esmagadora dos editais de licitação para contratação de agentes de integração, quando não presente às hipóteses constantes da Lei Complementar nº 123/2006, permite a ampla participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, inclusive o presente edital.

Segundo entendimento do Tribunal de Contas da União - Acórdão 746/2014 Plenário, mesmo as OSCIP têm o direito à participação nas licitações:

A OSCIP é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativa de particulares, para desempenhar pelo menos uma das finalidades previstas no art. 3º, da Lei 9.790/1999, que venha a ser qualificada como tal perante o Ministério da Justiça.

Uma vez qualificada como OSCIP, a entidade privada se torna apta a celebrar termo de parceria com o Poder Público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para fomento e a execução das atividades previstas no art. 3º, da Lei 9.790/1999 (art. 9º da Lei 9.790/1999), através da colaboração público-privada instrumentalizada no termo de parceria. A legislação não prevê outro instrumento para estabelecimento de vínculo entre o Poder Público e a OSCIP que não o termo de parceria.

Os objetivos sociais da OSCIP, previstos no art. 3º da Lei 9.790/1999, não possuem cunho mercantil, mas social. São os seguintes: promoção de assistência social; promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da educação; promoção gratuita da saúde; promoção da segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; promoção do voluntariado; promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; estudos e pesquisas para desenvolvimento, disponibilização e implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas; e estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades acima.

Para favorecer a execução dessas atividades, a legislação conferiu à OSCIP isenção de impostos e de contribuição tributária; e o termo de parceria a agracia com recursos e bens de origem pública (art. 4º, "b", da Lei 9.790/1999).

Nesse contexto, a participação da OSCIP em concorrência promovida pela Administração Pública, para prestação de serviço com cunho evidentemente mercantil, tal qual a "prestação de serviços técnicos especializados de implantação, operacionalização, desenvolvimento/transposição /adaptação de cursos e materiais didáticos nas versões on-line", questão tratada no TC 021.605/2012-2 e que deu origem ao estudo de que trata o Acórdão 746/2014-Plenário, referido pelo consulente, desvirtuaria a qualificação atribuída pelo Ministério da Justiça e o termo de parceria firmado.

Desvirtuaria, também, a isenção de impostos e a alocação de recursos e bens públicos com que foi agraciada, pois, em vez de favorecerem a execução de atividades de relevante interesse social, como se pretendia, acabariam conferindo facilidade para que o ente privado vencesse o certame e viesse a ser contratado pelo Poder Público para prestação de serviços com caráter mercantil.

Por essas razões, esta Corte, acertadamente, firmou o entendimento de que "é vedado às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição, participarem de processos licitatórios promovidos pela Administração Pública Federal" (item 9.1 do Acórdão 746/2014-Plenário).

De acordo com a linha de raciocínio aqui adotada, o impedimento à participação em licitações não decorre da percepção de privilégios não "equalizados", conforme aduzido pela unidade instrutiva (item 22 da instrução transcrita no relatório), mas da incompatibilidade entre as obras, compras e serviços de que tratam os arts. 7º a 15 da Lei 8.666/1993, cuja contratação se pretende, com as licitações promovidas sob a égide da Lei das Licitações, e os objetivos institucionais da OSCIP, consignados no termo de parceria, em razão dos quais foram conferidos os privilégios. Decorre, também, da inexistência de previsão legal de celebração de contrato para estabelecimento ou ampliação de vínculo entre a OSCIP e o Poder Público.

Em alguns outros editais, usando como exemplo o PREGÃO ELETRÔNICO CONAB SUREG-TO Nº 002/2019, prezam pela ampliação da competitividade do certame, inclusive reconhecendo a expertise das entidades sem fins lucrativos na execução de serviços de agente de integração:

"Por considerar que as entidades sem fins lucrativos se tornaram referência no mercado de integração de programas de estágio, esta licitação não contempla cláusula de exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte, em homenagem ao princípio da ampliação da concorrência e da economicidade."

Importante destacar, também, que a Advocacia Geral da União em seu Parecer nº 140/2019/FAS/CJU-AC/CGU/AGU, de 12 de julho de 2019, se manifestou no seguinte sentido:

Então, no que concerne à participação de instituições sem fins lucrativos em certames licitatórios, com base na linha de raciocínio sedimentada pelo TCU e pela jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, é de que não há vedação genérica à participação de entidades sem fins lucrativos em licitações, o que se exigirá, contudo, é que a Administração comprove, no caso concreto, na fase de habilitação, se a licitante, na qualidade de associação sem fins lucrativos, preenche as condições de atendimento do objeto da licitação. Em outros termos, deve-se analisar se há compatibilidade entre o objeto da licitação e a finalidade meritória (atividade principal) de atuação da associação ou entidade, ou se apenas se trata de simples relação comercial entre o Poder Público e a pretensa contratada, em que se pode vislumbrar nitidamente o exercício de atividade empresarial, acobertada sob o manto e os benefícios de uma associação.

Assim, considerando o apontado vemos que a vedação de instituições sem fins lucrativos não é absoluta, e no presente caso, conforme dito acima, restringe a competição no certame, favorecendo a concorrência desleal.

Por outro lado, a Administração não pode descumprir as normas e condições estabelecidas no edital do certame, conforme estabelece o artigo 41 da Lei nº 8.666/1993:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Em regra, o edital não pode ser modificado após sua publicação. O edital é a lei interna da licitação e vincula inteiramente a Administração e os proponentes, não podendo haver posteriormente nova interpretação em prejuízo ao já estabelecido no instrumento convocatório.

Ademais, o artigo 24 do Decreto nº 10.024/2019 prevê que o interessado poderá impugnar os termos do edital em caso de possível ilegalidade, o que não ocorreu pela recorrida quanto à falta de impedimento de participação de Associação sem fins lucrativos. Ou seja, a licitante concordou em participar conforme as condições estabelecidas, não podendo se insurgir posteriormente quanto às exigências editalícias.

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

Nesse sentido, inabilitar a ABNT, por ser associação sem fins lucrativos, contraria a vinculação ao instrumento convocatório, a isonomia, legalidade e a moralidade do certame podendo ocasionar a anulação do certame caso aceite pela Administração.

Diante de todo o exposto, de acordo com o contido na legislação vigente, requer, seja garantida a manutenção do resultado do certame vencido por esta Recorrida.

Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2020.

Fechar